



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO
(ATUALIZADO EM DEZEMBRO DE 2023)

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO

(Processo Administrativo n° 0002121-34.2024.4.01.8006)

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração dos projetos básicos e executivos do Sistema de CFTV de todos os edifícios próprios e alugados da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia e Subseções, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

[illegible]

		TOTAL DO ORÇAMENTO (R\$):							
CÁLCULO DO CUSTO COM SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS MENSALISTAS - INSUMOS SINAPI: Julho/2023									
Item	Código SINAPI Insumos	Categoria	unid.	Custo/mês com Leis Sociais (R\$)	Custo/mês sem Leis Sociais (R\$)	Horas/mês	Custo horário (R\$)	Horas de Trabalho Semanais	Custo/mês sem Leis Sociais (R\$). Conforme horas semanais de trabalho
A	93567	Engenheiro Civil de Obra Pleno (44 horas) (similar ao engenheiro eletricista e outras categorias de engenharia)	Mês	19.868,20	21.364,75	220,00	97,11	44	21.364,75
B	93561	Desenhista Projetista (44 horas)	Mês	3.242,72	2.974,39	220,00	13,52	44	2.974,39
						Encargos Sociais para mensalistas em GO:			73,24%
Observações:									
1 - O custo do salário mensal das diversas categorias profissionais é informado no SINAPI com a inclusão dos Encargos Sociais. No caso específico, estão inclusos Encargos Sociais para Goiás de profissionais mensalistas, com folha de pagamento não desonerada.									
2 - De acordo com a metodologia do SENAENCO, para o Fator K1 já é considerado em sua composição os Encargos e Benefícios Sociais (ES) de profissionais mensalistas (73,24%). Logo, para que os Encargos Sociais não sejam cobrados em duplicidade, deverão ser eliminados dos insumos de mão de obra mensalista do SINAPI, onde estão inclusos também no percentual de 73,24%.									
3 - O Custo/Hora (R\$) do profissional é o mesmo para mensalistas e horistas. A diferenciação do custo de contratação se dá mediante a aplicação dos Encargos Sociais correspondentes a modalidade adotada, ou seja, mnsalista ou horista.									
4 - Base SINAPI referência Julho/2023									

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. O valor estimado constante na tabela acima foi obtido com a não desoneração, haja vista que setor técnico demonstrou nos autos que essa opção é a mais vantajosa para a Administração, a qual foi adotada como orçamento de referência da licitação.

1.3. O prazo de execução dos serviços é de 03 (três) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviço;

1.3.1. O prazo do início da execução dos serviços será de **01 (um) dia útil** após a emissão da Ordem de Serviço;

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) meses com início estimado para 30/09/2024**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Será dada ao participante da licitação a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, por meio de documentos e/ou memória de cálculo, quando o valor final ofertado ficar inferior a 75% (setenta e cinco por cento) ao valor estimado previsto na tabela constante no subitem 1.1 deste termo ([ACÓRDÃO Nº 465/2024 - TCU - Plenário](#));

1.6.1. Conforme artigo 59, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, será considerada **inexequível** a proposta quando o participante da licitação não conseguir comprovar a exequibilidade do valor final ofertado, nos termos previstos no subitem 1.6. acima.

1.7. O signatário do contrato deverá encaminhar para e-mail secon.go@trfl.jus.br, em até 5 (cinco) dias úteis contados da homologação do certame, documento que lhe confere poderes para tanto (contrato social se proprietário, ou procuração no caso de representante legal).

1.8. O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física (proprietário ou representante legal da empresa) que irá assinar o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação da licitação** para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

- a) acessar o link [SEI Acesso para Usuários Externos](#), clicar "*Clique aqui para se Cadastrar*" seguir as orientações e enviar os documentos;
- b) em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação **completa** requerida e na forma solicitada;
- c) o acesso será liberado no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, sendo de extrema importância o envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de '*Cadastro do usuário pendente*';
- d) uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação para assinatura;
- e) as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail **secon.go@trfl.jus.br**
- f) Caso o signatário não assine o contrato ou eventuais aditamentos dentro do prazo estabelecido, será advertido e lhe será dado novo prazo, se possível, e, em caso de reincidência, poderá ser imputada à empresa multa de 0,5% sobre o valor adjudicado, por dia de atraso na assinatura.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, esta licitação contemplou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- Definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
- Verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- Verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e
- Verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

4.1.2. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 janeiro de 2010, os projetos deverão implementar critérios de sustentabilidade e acatar as seguintes orientações, descritas abaixo:

- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência e baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;
- Observância da Instrução Normativa SLTI/MP nº2, de 04 de julho de 2014, que estabelece que os projetos de edificações públicas federais novas devem ser obrigatoriamente desenvolvidos de modo a obter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe “A”;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos;
- Atender aos normativos - Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021, a Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU;
- Especificar, nos projetos e demais partes, materiais e equipamentos que visam garantir a economia da manutenção, a operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e de água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental.
- Realizar o descarte adequado, conforme o tipo de material, realizando o depósito de insumos em locais apropriados e de forma seletiva, evitando misturas incompatíveis;
- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões **abaixo justificadas**:

4.3.1. Os custos suportados pela Administração para a execução do serviço não são de grande vulto, logo não se faz necessária a garantia para assegurar danos de grande impacto em caso de inexecução do objeto. Destaca-se, que em caso de aplicações de multas, o valor devido poderá ser cobrado por mecanismos legais e contratuais. Ainda, somando às justificativas supracitadas, a exigência de garantia se mostra como um fator que poderia onerar o valor final obtido na Licitação, tendo em vista que o fornecimento das modalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 gera custo para o executor do serviço.

Garantia adicional

4.4. Caso a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida **garantia adicional prevista no artigo 59, § 5º da Lei n. 14.133/2021**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na mesma legislação, conforme exemplo abaixo:

-Valor orçado pela Administração R\$ 170.289,10

-Valor da proposta vencedora R\$ 100.000,00

- 85% do valor orçado pela Administração R\$ 144.745,74

- Diferença entre 85% e o valor da proposta vencedora R\$ 144.745,74 - R\$ 100.000,00 = R\$ 44.745,75 será o valor da garantia.

4.5. A garantia adicional deverá ser apresentada em até **10 (dez) dias corridos** contados da homologação do Pregão Eletrônico e antes da assinatura do contrato, endereçada para a Seção de Contratos, e-mail secon.go@trf1.jus.br, telefone (62) 3226-1527 / (62) 98558-7214.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.6.1. O agendamento prévio deverá ser realizado pelo telefone (62) 3226-1536 com o supervisor da Sevit - Neisson Abadio, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 18:00 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **01 (um) dia útil** após a emissão da Ordem de Serviço;

5.1.2. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

5.1.2.1. Compatibilização entre os projetos de arquitetura, estrutura e demais instalações, de forma a integrar e harmonizar o projeto de instalação do Circuito Fechado de TV com os demais sistemas;

5.1.2.2. Determinar, junto à Contratada, as áreas a serem vigiadas, bem como os acessos a serem controlados, o grau detalhamento desejável para cada área, os pontos ou áreas específicas de vigilância constante e o nível de segurança de cada área;

5.1.2.3. Conhecer e determinar os seguintes condicionantes de projeto para cada área, a seguir:

- Nível, variação e tipos de iluminação;
- Relação de contraste;
- Nível médio de reflexão;
- Fontes de ofuscamento;
- Possibilidades de instalação e fixação das câmeras;
- Facilidades de infraestrutura.

5.1.2.4. Considerar que fontes luminosas ou reflexivas - de acordo com sua intensidade - poderão inviabilizar o projeto e danificar o equipamento;

5.1.2.5. Adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:

- Utilização de soluções de custo de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação do sistema;
- Dimensionamento dos equipamentos do sistema dentro de padrões disponíveis no mercado nacional;
- Disposição dos componentes do sistema de modo a adequar a instalação ao desempenho dos equipamentos.

5.1.2.6. Efetuar definições preliminares quanto à localização, características técnicas e pré-dimensionamento dos componentes principais, como central de monitores, receptores e sensores;

5.1.2.7. A concepção escolhida deverá resultar do cortejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, em relação aos parâmetros técnicos e econômicos;

5.1.2.8. Deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes produtos gráficos:

- Planta geral de cada nível da edificação, em escala adequada, com indicação das áreas de visualização, os tipos e locações prováveis de câmeras, bem como a locação central de monitoramento;
- Planta das áreas externas eventualmente incluídas no sistema, com as devidas indicações.

5.1.2.9. O novo sistema deverá contemplar além do monitoramento interno, o externo, incluindo os estacionamentos, acessos (públicos e privados), fachadas, através de equipamentos adequados a cada área, com precisão na captação das imagens e movimentos.

5.1.3. A CONTRATADA obedecerá as seguintes etapas:

(A) Estudos Preliminares

- Relatórios comparativos sobre os sistemas e materiais a serem utilizados;
- Análise de viabilidade técnica e econômica para o reaproveitamento de itens do atual sistema;
- Verificar as condições em que o atual sistema se encontra, com vistas a definir se há condições de reaproveitamento dele, bem como sua compatibilização com o sistema a ser implementado através do projeto, objeto deste documento;
- Relatórios sobre os equipamentos a serem utilizados, com custos comparativos e benefícios;
- Análise de custo-benefício das soluções propostas.

(B) Projeto Básico e Projeto Executivo

- Projeto do Sistema de CFTV;
- O projeto deverá estar harmonizado com as disciplinas de Arquitetura, Estrutura e demais instalações, em geral, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação;
- Proposição de soluções tecnológicas avançadas e integradas, considerando o uso de câmeras de alta resolução, sistemas de armazenamento seguros e redundantes, e software de monitoramento eficiente;
- Integração dos sistemas de CFTV entre todas as unidades - Goiânia e Subseções;
- Plano de implementação detalhado;
- Central de Monitoramento - com todas as intervenções necessárias para a concepção do ambiente e a garantia de sua funcionalidade, incluindo a determinação de mobiliários, equipamentos, refrigeração (climatização), bem como os serviços de reforma, com as esquadrias, iluminações, instalações elétricas e de rede, acabamentos e demais serviços que se fizerem necessários;
- Instalações Prediais - Rede Lógica (sistema de cabeamento estruturado) e demais instalações que se fizerem necessárias;
- Todas os desenhos técnicos e plantas exigidas pelas Normas Técnicas vigentes e em conformidade com as normas de segurança do CNJ e demais legislações aplicáveis.

(C) Orçamentos e Levantamentos

- Orçamentos Analíticos e Sintéticos (Completo), desonerados e não desonerados;
- Planilha de BDI, desonerada e não desonerada;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Caderno de Preços (SINAPI, GOINFRA e demais tabelas oficiais) e de Pesquisas de Mercado;
- Caderno de Encargos e Especificações Técnicas;
- Memoriais de Cálculo.

(D) Documentos Complementares

- Memorial Descritivo;
- Declaração referente a planilha orçamentária;
- Manuais de Instalação e Equipamentos;

- ART - Anotações de Responsabilidade Técnica (de todo o material elaborado);
- Declaração de enquadramento de serviços (serviços comuns ou especiais);
- Proposta de plano de manutenção preventiva e corretiva, com tempo de resposta rápido para resolução de falhas.

5.1.4. A CONTRATADA fica obrigada a comparecer, presencialmente, às seguintes reuniões:

5.1.4.1. Reunião inicial **presencial**, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o Coordenador de Projetos da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados;

5.1.4.2. Reuniões mensais, **presenciais ou por videoconferência**, devidamente registrada em Ata, de avaliação do progresso dos serviços, soluções de pendências, ajustes e correções, entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO;

5.1.4.3. As reuniões acima serão realizadas no Edifício Sede da Seção Judiciária do Estado de Goiás - Rua 19, n.244, Setor Central, Goiânia/GO - com a participação da CONTRATADA e da equipe de FISCALIZAÇÃO;

5.1.4.4. Eventuais despesas (diárias, hospedagem, transporte) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.5. Todos os deslocamentos necessários - durante a execução do objeto - bem como as despesas associadas a eles, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.6. Não será admitida a subcontratação;

5.1.7. A execução dos serviços deverá observar todas as disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria nº 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas da SEAP;

5.1.8. A Contratada será responsável por realizar toda a conferência *in loco* das medidas, dos ambientes, bem como de prováveis intervenções que afetem as soluções propostas;

5.1.8.1. Essa obrigação inclui, caso necessário, a realização de um levantamento arquitetônico, locação de elementos estruturais, equipamentos existentes e demais elementos que compõem a edificação;

5.1.8.2. Será indispensável a realização de vistorias presenciais, quantas se fizerem necessárias, com vistas a garantir o atendimento a todas as exigências e obrigações elencadas nesta contratação.

5.1.9. A Contratada deverá atender todas as boas práticas executivas, normativas e legislações vigentes, relativas aos serviços contratados;

5.1.10. A contratação corresponde a serviços comuns de engenharia por ter como objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, sendo uma atividade privativa das profissões de engenheiro ou de técnicos especializados;

5.1.11. Trata-se de aquisição singela executada somente uma vez durante a confecção dos projetos;

5.1.12. A contratação pretendida **é restrita a pessoas jurídicas**, já que há a exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

5.1.12.1. Cabe destacar que a execução será desempenhada por múltiplos profissionais, conforme apresentado nos Anexos (20891065 e 20899096), sendo assim, há uma motivação técnica que impede a contratação de pessoas físicas, já que uma só categoria profissional não abarca a competência técnica necessária para a elaboração de todos os projetos e demais partes contratadas.

5.1.13. O cronograma de realização dos serviços está contido no ANEXO V.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.2.1. O prazo de execução dos serviços é de 03 (três) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviço;
- 5.2.2. O início da execução do objeto deverá ocorrer **01 (um) dia útil** após a emissão da Ordem de Serviço;
- 5.2.3. A contratada ficará obrigada a comparecer às reuniões nos termos definidos no subitem 5.1.4.;
- 5.2.4. A futura contratada deverá apresentar garantia adicional, se couber, nos termos dispostos neste termo;
- 5.2.5. A descrição dos serviços a serem realizados consta neste Termo, no Estudo Técnico Preliminar e Planilha Orçamentária.
- 5.2.6. Os estudos e projetos para a instalação de CFTV em todas as unidades da Seção Judiciária de Goiás e Subseções, abrangendo as seguintes localidades

Localidade	Endereço	Área Construída (estimada)
Goiânia: Edifício-Sede/Anexo	Rua 19, nº 244, Setor Central	13.280,00 m²
Goiânia: Edifício Gama Dias	Av. República do Líbano com Av. B, Qd. D-1, Lts. 21/30, Setor Oeste	4.583,25 m²
Goiânia: Almoxarifado	Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 06, Setor Empresarial	3.458,00 m²
SSJ Anápolis	Av. Universitária, Qd. 02, Lt. 05, Jardim Bandeirantes, Anápolis/GO - CEP: 75083-035	2.925,00 m²

SSJ Formosa	Rua Itiquira com Rua Lindolfo Gonçalves, nº 1000, Setor Nordeste, Formosa/GO - CEP: 73807-145	1.100,00 m²
SSJ Jataí	Rua Nicolau Zaidem, nº 1135, Qd. 45, Vila Fátima - Centro, Jataí/GO - CEP: 75803-055 (antigo Fórum da cidade)	678,03 m²
SSJ Luziânia	Rua Dr. João Teixeira, nº 596, Qd. 73, Lt. 21-A, Ed. Iaci Amaral, Centro, Luziânia/GO - CEP: 72800-440	1.032,00 m²
SSJ Rio Verde	Avenida José Walter, nº 500, Quadra 49, Lotes 10/11, Setor Morada do Sol, Rio Verde/GO - CEP: 75908-740 (verificar - novo prédio)	1.009,00 m²
SSJ Uruaçu	Av. Tocantins, nº 17, Qd. 07, Lt. 16, Setor Central, CEP 76400-000	902,25 m²
SSJ Itumbiara	Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Ernestina Borges de Andrade, Itumbiara/GO - CEP: 75528-370 (Térreo do Edifício do Fórum)	624,87 m²
TOTAL GERAL		29.592,40 m²

5.3. Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global, foram definidas as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos a presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no Quadro abaixo identificado:

RISCO	DEFINIÇÃO	RESPONSABILIDADE
Erros nos quantitativos dos serviços da planilha orçamentária	Subestimativas superiores a 10%	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Contratada
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações	Alteração nos custos devido à revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Contratante

Especificação da garantia do serviço

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é de 5 (cinco) anos, nos termos da recomendações do Crea-GO, bem como do disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro;

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará as Planilhas Orçamentárias e o Cronograma Físico-Financeiro para aferição da qualidade da prestação dos serviços, anexos a este instrumento.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização dos instrumentos mencionados para avaliação da execução do objeto não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos neste Termo, nos Estudos Técnicos Preliminares, e demais documentos que compõem a contratação.

Do recebimento

- 7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.4.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços;**
- 7.4.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de **responsável** para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Crítérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação e os custos unitários estimados, indicados na planilha orçamentária anexa a este Termo (20891065), em atendimento à Súmula 259 do TCU.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração anexa a este termo (20891065), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.3.2. O valor global ofertado não poderá ser superior a R\$ 170.289,10 (cento e setenta mil duzentos e oitenta e nove reais e dez centavos).

8.3.3. Todos os custos unitários estimados, indicados na Planilha Orçamentária anexa a este termo, deverão igualmente ser respeitados como limites máximos.

8.3.4. Considerando o critério de aceitabilidade estabelecido, a licitante deverá observar as disposições contidas nos subitens 5.3. deste termo.

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.17. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.19. **Ato de autorização** para o exercício da atividade **de engenharia expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da jurisdição do domicílio do profissional;**

8.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.24. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.27. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.30.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, **CREA**;

8.31.1. Nos termos do Acórdão 6550/2024 Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União, não será necessária a demonstração de prova de quitação de anuidades perante CREA. A demonstração de regularidade da empresa junto ao CREA se limitará à prova de registro ou de inscrição.

8.31.2. As certidões de registro da empresa no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet).

8.32. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.33. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.33.1. Para o cargo de Engenheiro, serão consideradas habilitadas para elaboração de projetos, as seguintes categorias: Engenheiro de Comunicações, Engenheiro de Telecomunicações, Engenheiro em Eletrônica, Engenheiro Eletricista (modalidade Eletrônica), Engenheiro Industrial (Eletrônica), Engenheiro Industrial (Telecomunicações), Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Produção (Eletricista) e Engenheiro Industrial (Elétrica); (conforme Decisão Confea nº PL-0422/2018).

8.33.1.1. Os profissionais deverão comprovar habilitação para a execução dos serviços de elaboração de Projeto de Sistemas de CFTV, em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional.

8.34. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.37.1. Projeto básico completo ou executivo para edificações compatíveis, no mínimo, em características e com área de construção igual ou superior a 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) ou executou o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos em quantidade igual ou superior a 60 (sessenta) câmeras; conforme Decreto Federal nº 9.983 de 22 de agosto de 2019.

8.37.1.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica solicitado(s) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes itens de projeto:

a) o Projeto básico completo e executivo de sistema de CFTV;

b) o Orçamento completo da obra.

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.40. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.41. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.42. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 170.289,10 (cento e setenta mil duzentos e oitenta e nove reais e dez centavos)**, conforme custos apostos na tabela do subitem 1.1 deste instrumento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.1.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho 021220033219Z6012 - Conservação e Recuperação de Ativos da Justiça Federal da 1ª Região, Plano Orçamentário 0011 - Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Goiás, Natureza da Despesa 4.4.90.51 (Obras e Instalações).

11. INFORMAÇÕES

- 11.1. As dúvidas e informações acerca do processo de contratação dos serviços devem ser dirimidas pelo e-mail: selit.go@trfl.jus.br
- 11.2. As dúvidas, informações e especificações acerca do objeto do contrato devem ser dirimidas pelo e-mail: seeng.go@trfl.jus.br

12. ANEXOS

- I - Estudo Técnico Preliminar (20797068)
- II - Análise de Riscos (20863106)
- III - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (20871837)
- IV - Planilha Orçamentária (20891065)
- V - Cronograma (20917575)
- VI - Caderno de Preços (20933642)
- VII - ART (20933652)

Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, da minuta de Termo de Referência:

- Responsável pela elaboração: Alinny Moraes Sales Fernandes Galeano - GO80637
- Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: Nágella Mendes de Queiroz - GO 80534

Este Termo de Referência classifica-se como documento de interesse público, podendo ser acessado seu inteiro teor nos sites www.jfgo.jus.br em www.compranest.gov.br por todos os interessados nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

ANEXO I



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 20797068

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):
Sevit_06_2024 (18621531)
A. Descrição sucinta da necessidade

<p>Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração dos projetos básicos e executivos do Sistema de CFTV de todos os edifícios próprios e alugados da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia e Subseções.</p> <p>Ramo de atividade (CNAE): 4321-5/00</p> <p>CATSER: 22977</p> <p>Código SIASG: 14869</p>			
B. Justificativa expressa para a contratação			
A contratação é necessária para/porque <i>(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)</i>			
<p>O atual sistema de CFTV está obsoleto, apresentando algumas limitações de operação, bem como é composto por equipamentos de difícil manutenção e substituição, já que muitos estão fora de linha e não são mais disponibilizados pelas fabricantes, o que dificulta a aquisição de peças, câmeras similares, a compatibilização entre elas e o sistema operacional em uso. Cabe destacar que as Subseções que contam atualmente com sistema de monitoramento, operam com quantidade reduzida de câmeras de diferentes marcas e modelos. A maioria das subseções não possui sistema de monitoramento por CFTV. Além do mais, não há uma integração entre os sistemas instalados nos diversos edifícios desta Seccional, o que impossibilita ou dificulta o controle por parte dos agentes e da equipe de monitoramento e vigilância, conforme o caso..</p> <p>Essa situação configura risco elevado para a segurança patrimonial, magistrados, servidores, prestadores de serviços e jurisdicionados.</p> <p>Outrossim, a aquisição de câmeras, assim como a integração dos sistemas e modernização de equipamentos e programas, já foram discutidas no PAe 0010719-11.2023.4.01.8006 com apreciação e constatações técnicas feitas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (Nutec), conforme Informação 19738787.</p> <p>Isso posto, entende-se como essencial a realização de estudos, seguido da elaboração de projetos de modernização do Sistema de CFTV, garantindo uma maior eficiência, eficácia, efetividade, segurança e integração. Por fim, a contratação de uma empresa especializada é fundamental para identificar soluções adequadas e implementar as melhorias necessárias.</p>			
A não contratação implicará <i>(expor as consequências advindas da não contratação)</i>			
<ul style="list-style-type: none">• Risco à segurança, eficiência e funcionalidade do sistema de monitoramento;• Aumento de riscos e redução da capacidade de detecção e resposta a incidentes;• Dificuldade de manutenção e troca de equipamentos;• Obsolescência dos atuais equipamentos em uso; e• Atraso na modernização de procedimentos e processos de segurança.			
C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais			
<p>Esta demanda está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal 2021/2026, uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento do Macrodesafio (Processos Internos) - "Aperfeiçoamento na Gestão Administrativa e da Governança Judiciária".</p> <p>A ação está em conformidade com a Resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências, bem como a Resolução Consolidada PRESI 11831838/2020 que institui a Política de Segurança Institucional no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região e, por fim, a Instrução Normativa 14-10 consolidada, versão com revisão de agosto de 2022, que tem como objetivo regulamentar os procedimentos de execução dos serviços de segurança e vigilância no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.</p> <p>A presente contratação foi prevista no Plano de Contratações Anual - 2024 (19545411), identificada como SevIt_06_2024. (18621531)</p>			
D. Proposta de solução			
D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado			
Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta	Link das consultas

		(órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	(doc. SEI)

Não se aplica à ação em tela.

A elaboração dos projetos é requisito básico para a execução dos serviços, pois são constituídos de peças elaboradas pela CONTRATADA, com a inclusão de estudos comparativos sobre os sistemas a serem utilizados, os materiais a serem empregados com respectivos benefícios, bem como o estudo de viabilidade do investimento.

Por fim, é a contratação dos projetos que indicará elementos e alternativas de soluções disponíveis no mercado e que melhor atenderão as adequações pretendidas.

D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas
<p>Todos os custos para a execução do serviço pretendido foram obtidos por meio das tabelas referenciais oficiais (SINAPI, GOINFRA etc) e modelagem baseada na publicação do TCU Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas - Edição 2014 (fls. 97/101).</p> <p>O orçamento e seus anexos seguem as diretrizes e orientações da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013 e do Art. 9º da Resolução CNJ N. 114/2010.</p> <p>O valor estimado é de R\$ 170.289,10 (cento e setenta mil duzentos e oitenta e nove reais e dez centavos) e encontra-se apresentado nos Anexos II e III- Planilha Orçamentária Completa (20891065 e 20899096).</p>
D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)
<p>Não se aplica à ação em tela.</p> <p>Há apenas uma única solução a ser adotada, já que a elaboração dos projetos é requisito básico para a execução dos serviços.</p>
D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução
<p>As justificativas para o não parcelamento da solução estão elencadas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em se tratando da elaboração de projetos de engenharia, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de compatibilização dos projetos e uma dificuldade na imputação de responsabilidades; • Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar a elaboração dos projetos e posterior execução dos serviços; • Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública - Economicidade e Eficiência. O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como FISCALIZAÇÃO e utilização de mão de obra da ADMINISTRAÇÃO, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado. Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível a realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários; • Haverá ainda ganho de escala pela diminuição dos custos de mobilização e desmobilização, custos de administração central e custos de licitação, caso tivesse mais de uma empresa contratada; • Frise-se que a contratação em separado é a regra para o legislador, porém com o intuito de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o que não se aplica no presente caso; • Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta dos projetos, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da ADMINISTRAÇÃO, cada vez mais escassos.
D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)
Não se aplica à ação em tela.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

Análise das contratações anteriores:

Recentemente os seguintes processos de natureza semelhante - ao pretendido - foram contratados pela Seccional: (i) elaboração de projeto arquitetônico e complementares - projetos básicos e executivos, incluindo orçamen consecução da reforma dos banheiros e vestiários do Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás (0004728-93.2019.4.01.8006) e (ii) elaboração projetos básicos e executivos de acessibilidade dos Edifícios Sede/Anexo e Gama Dias d (0000011-96.2023.4.01.8006). Da análise desses processos verificou-se que:

a) A experiência e a qualificação técnica dos contratados têm deixado a desejar, executando serviços com baixa qualidade. Essas falhas causam atrasos e retrabalho durante a execução dos serviços. Sendo assim, com o objeti Administração poderá ser mais exigente quanto aos critérios de qualificação técnica, respeitando, no entanto, os dispositivos da legislação e recomendações do Tribunal de Contas da União.

b) Os processos que contemplam a contratação de serviços comuns de engenharia optam pela não utilização do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, pois esses serviços não são executados de forma continuada limitada, com o pagamento feito através de medições mensais e de acordo com o detalhado nas Planilhas Orçamentárias e no Cronograma Físico-Financeiro.

Cumprе salientar que as planilhas supracitadas detalham quais os serviços serão executados, assim como a quantidade de cada insumo e mão de obra, por conseguinte, através desses instrumentos é possível mensurar a conforme o andamento dos serviços contratados. No que concerne a qualidade das atividades, todos os anexos de natureza técnica que fazem parte do processo de contratação apresentam elementos que garantem o acompanhamento e a mens descrevem a forma como serão realizadas, com o material adequado e o método construtivo apropriado, sendo que todas serão aprovadas apenas se cumprirem aos requisitos descritos nas normas elaboradas pela Associação Brasileira de No instituições fiscalizadoras, conforme exigências dessas partes referenciadas.

Posto isso, apreende-se que todos os anexos inseridos são suficientes para a medição dos resultados, não sendo necessária a inserção de IMR, já que as exigências e detalhamentos estão descritos de forma mais clara nele Minuta da AGU enquadra-se de forma mais satisfatória à prestação de serviços continuados e não de objetos que contemplam a execução de serviços comuns de engenharia. Orienta-se, portanto, a supressão de trechos que fazem referência ao

Requisitos qualitativos:

- Atender todas as boas práticas executivas, normativas e legislações vigentes, relativas aos serviços contratados;
- A contratação corresponde a serviços comuns de engenharia por ter como objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens características originais dos bens, sendo uma atividade privativa das profissões de engenheiro ou de técnicos especializados;
- Trata-se de aquisição singela executada somente uma vez durante a confecção dos projetos;
- A contratação pretendida **é restrita a pessoas jurídicas**, já que há a exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução profissional da pessoa física.
 - Cabe destacar que a execução será desempenhada por múltiplos profissionais, conforme apresentado nos Anexos (20891065 e 20899096), sendo assim, há uma motivação técnica que impede a contratação de profissional não abarca a competência técnica necessária para a elaboração de todos os projetos e demais partes contratadas.

Requisitos quantitativos:

- O serviço terá duração estimada de **03 (três) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviço**;
- O valor estimado é de **R\$ 170.289,10 (cento e setenta mil duzentos e oitenta e nove reais e dez centavos)**e encontra-se apresentado nos Anexos II e III- Planilha Orçamentária Completa (20891065 e 20899096);
 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;
 - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI (**junho/2024**).
- Os estudos e projetos para a instalação de CFTV em todas as unidades da Seção Judiciária de Goiás e Subseções, abrangendo as seguintes localidades

Localidade	Endereço	Área Construída (estimada)
Goiânia: Edifício-Sede/Anexo	Rua 19, n.244, Setor Central	13.280,00 m²
Goiânia: Edifício Gama Dias	Av. República do Líbano com Av. B, Qd. D-1, Lts. 21/30, Setor Oeste	4.583,25 m²
Goiânia: Almoxarifado	Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 06, Setor Empresarial	3.458,00 m²
SSJ Anápolis	Av. Universitária, Qd. 02, Lt. 05, Jardim Bandeirantes, Anápolis/GO - CEP: 75083-035	2.925,00 m²
SSJ Formosa	Rua Itiquira com Rua Lindolfo Gonçalves, nº 1000, Setor Nordeste, Formosa/GO - CEP: 73807-145	1.100,00 m²
SSJ Jataí	Rua Nicolau Zaidem, nº 1135, Qd. 45, Vila Fátima - Centro, Jataí/GO - CEP: 75803-055 (antigo Fórum da cidade)	678,03 m²
SSJ Luziânia	Rua Dr. João Teixeira, nº 596, Qd. 73, Lt. 21-A, Ed. Iaci Amaral, Centro, Luziânia/GO - CEP: 72800-440	1.032,00 m²
SSJ Rio Verde	Avenida José Walter, nº 500, Quadra 49, Lotes 10/11, Setor Morada do Sol, Rio Verde/GO - CEP: 75908-740 (verificar - novo prédio)	1.009,00 m²

SSJ Uruaçu	Av. Tocantins, nº 17, Qd. 07, Lt. 16, Setor Central, CEP 76400-000	902,25 m²
SSJ Itumbiara	Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Ernestina Borges de Andrade, Itumbiara/GO - CEP: 75528-370 (Térreo do Edifício do Fórum)	624,87 m²
TOTAL GERAL		29.592,40 m²

E.2. Critérios de sustentabilidade

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, esta licitação contemplou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engen

- Definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação p
- Verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- Verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e
- Verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 janeiro de 2010, os projetos deverão implementar critérios de sustentabilidade e acatar as seguintes orientações, descritas abaixo:

- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência e baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;
- Observância da Instrução Normativa SLTI/MP nº2, de 04 de julho de 2014, que estabelece que os projetos de edificações públicas federais novas devem ser obrigatoriamente desenvolvidos de modo a obter a Etiqu (ENCE) Geral de Projeto classe “A”;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos;
- Atender aos normativos - Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/202 sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU
- Especificar, nos projetos e demais partes, materiais e equipamentos que visam garantir a economia da manutenção, a operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e de água, bem como a utilização o impacto ambiental.
- Realizar o descarte adequado, conforme o tipo de material, realizando o depósito de insumos em locais apropriados e de forma seletiva, evitando misturas incompatíveis;
- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Le

E.3. Critérios de acessibilidade

Não se aplica à ação em tela

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos (nos casos de licitação que compreendam bens permanentes e/ou bens de consumo)

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.

Não se aplica à ação em tela.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

- Identificação precisa das necessidades de monitoramento;

<ul style="list-style-type: none">• Modernização do sistema de monitoramento, com equipamentos atuais e de fácil aquisição no mercado;• Integração dos sistemas de CFTV entre todas as unidades e Subseções;• Plano de implementação detalhado, incluindo cronograma e estimativas de custos;• Conformidade com as normas de segurança do CNJ e demais legislações aplicáveis.
F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes
Não se aplica à ação em tela.
F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida
Não se aplica à ação em tela.
F.4. Descrição integral da solução
<div><p>1. Diretrizes Gerais para Elaboração do Projeto</p><p>1.1. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:</p><p>1.1.1. Compatibilização entre os projetos de arquitetura, estrutura e demais instalações, de forma a integrar e harmonizar o projeto de instalação do Circuito Fechado de TV com os demais sistemas;</p><p>1.1.2. Determinar, junto à Contratada, as áreas a serem vigiadas, bem como os acessos a serem controlados, o grau detalhamento desejável para cada área, os pontos ou áreas específicas de vigilância constante e o nível de segurança de cada área;</p><p>1.1.3. Conhecer e determinar os seguintes condicionantes de projeto para cada área, a seguir:</p><ul style="list-style-type: none">• Nível, variação e tipos de iluminação;• Relação de contraste;• Nível médio de reflexão;• Fontes de ofuscamento;• Possibilidades de instalação e fixação das câmeras;• Facilidades de infraestrutura.<p>1.1.4. Considerar que fontes luminosas ou reflexivas - de acordo com sua intensidade - poderão inviabilizar o projeto e danificar o equipamento;</p><p>1.1.5. Adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:</p><ul style="list-style-type: none">• Utilização de soluções de custo de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação do sistema;• Dimensionamento dos equipamentos do sistema dentro de padrões disponíveis no mercado nacional;• Disposição dos componentes do sistema de modo a adequar a instalação ao desempenho dos equipamentos.<p>1.1.6. Efetuar definições preliminares quanto à localização, características técnicas e pré-dimensionamento dos componentes principais, como central de monitores, receptores e sensores;</p><p>1.1.7. A concepção escolhida deverá resultar do cortejo de alternativas de solução, adotando-se a mais vantajosa para a edificação, em relação aos parâmetros técnicos e econômicos;</p><p>1.1.8. Deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes produtos gráficos:</p></div>

- Planta geral de cada nível da edificação, em escala adequada, com indicação das áreas de visualização, os tipos e locações prováveis de câmeras, bem como a locação central de monitoramento;
- Planta das áreas externas eventualmente incluídas no sistema, com as devidas indicações.

1.1.9 O novo sistema deverá contemplar além do monitoramento interno, o externo, incluindo os estacionamentos, acessos (públicos e privados), fachadas, através de equipamentos adequados a cada área, com precisão na captação das imagens e movimentos.

2. Diretrizes Específicas para Elaboração do Projeto

2.1 A CONTRATADA obedecerá as seguintes etapas:

(A) Estudos Preliminares

- Relatórios comparativos sobre os sistemas e materiais a serem utilizados;
- Análise de viabilidade técnica e econômica para o reaproveitamento de itens do atual sistema;
 - Verificar as condições em que o atual sistema se encontra, com vistas a definir se há condições de reaproveitamento dele, bem como sua compatibilização com o sistema a ser implementado através do projeto, objeto deste documento.
- Relatórios sobre os equipamentos a serem utilizados, com custos comparativos e benefícios;
- Análise de custo-benefício das soluções propostas.

(B) Projeto Básico e Projeto Executivo

- Projeto do Sistema de CFTV
 - O projeto deverá estar harmonizado com as disciplinas de Arquitetura, Estrutura e demais instalações, em geral, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação;
 - Proposição de soluções tecnológicas avançadas e integradas, considerando o uso de câmeras de alta resolução, sistemas de armazenamento seguros e redundantes, e software de monitoramento eficiente;
 - Integração dos sistemas de CFTV entre todas as unidades - Goiânia e Subseções;
 - Plano de implementação detalhado;
- Central de Monitoramento - com todas as intervenções necessárias para a concepção do ambiente e a garantia de sua funcionalidade, incluindo a determinação de mobiliários, equipamentos, refrigeração (climatização), bem como os serviços de reforma, com as esquadrias, iluminações, instalações elétricas e de rede, acabamentos e demais serviços que se fizerem necessários;
- Instalações Prediais - Rede Lógica (sistema de cabeamento estruturado) e demais instalações que se fizerem necessárias;
- Todas os desenhos técnicos e plantas exigidas pelas Normas Técnicas vigentes e em conformidade com as normas de segurança do CNJ e demais legislações aplicáveis.

(C) Orçamentos e Levantamentos

- Orçamentos Analíticos e Sintéticos (Completo), desonerados e não desonerados;

- Planilha de BDI, desonerada e não desonerada;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Caderno de Preços (SINAPI, GOINFRA e demais tabelas oficiais) e de Pesquisas de Mercado;
- Caderno de Encargos e Especificações Técnicas;
- Memoriais de Cálculo.

(D) Documentos Complementares

- Memorial Descritivo;
- Declaração referente a planilha orçamentária;
- Manuais de Instalação e Equipamentos;
- ART - Anotações de Responsabilidade Técnica (de todo o material elaborado);
- Declaração de enquadramento de serviços (serviços comuns ou especiais);
- Proposta de plano de manutenção preventiva e corretiva, com tempo de resposta rápido para resolução de falhas.

2.2. A CONTRATADA fica obrigada a comparecer, presencialmente, às seguintes reuniões:

2.2.1 Reunião inicial **presencial**, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o Coordenador de Projetos da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados;

2.2.2 Reuniões mensais, **presenciais ou por videoconferência**, devidamente registrada em Ata, de avaliação do progresso dos serviços, soluções de pendências, ajustes e correções, entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO;

2.2.3 As reuniões acima serão realizadas no Edifício Sede da Seção Judiciária do Estado de Goiás - Rua 19, n.244, Setor Central, Goiânia/GO - com a participação da CONTRATADA e da equipe de FISCALIZAÇÃO;

2.2.4 Eventuais despesas (diárias, hospedagem, transporte) serão de responsabilidade da CONTRATADA.

2.3. Todos os deslocamentos necessários - durante a execução do objeto - bem como as despesas associadas a eles, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

2.4 Não será admitida a subcontratação;

2.5 A execução dos serviços deverá observar todas as disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria nº 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas da SEAP;

2.6 A Contratada será responsável por realizar toda a conferência *in loco* das medidas, dos ambientes, bem como de prováveis intervenções que afetem as soluções propostas;

2.6.1 Essa obrigação inclui, caso necessário, a realização de um levantamento arquitetônico, locação de elementos estruturais, equipamentos existentes e demais elementos que compõem a edificação;

2.6.2 Será indispensável a realização de vistorias presenciais, quantas se fizerem necessárias, com vistas a garantir o atendimento a todas as exigências e obrigações elencadas nesta contratação.

3. Comprovação da capacidade técnica

3.1 Conformidade e capacidade técnica da empresa contratada

3.1.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, em que conste área de atuação compatível com a elaboração de projetos de sistema de CFTV, emitida pelo conselho da jurisdição da sede da licitante.

3.1.1.1 As certidões de registro da empresa no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet).

3.1.1.1.1 Para comprovação da capacidade técnica a empresa deverá apresentar pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a CONTRATADA elaborou projeto básico completo ou executivo para edificações compatíveis, no mínimo, em características e com área de construção igual ou superior a 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) ou executou o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos em quantidade igual ou superior a 60 (sessenta) câmeras;

- O(s) atestado(s) de capacidade técnica solicitado(s) no item acima deverá(ão) comprovar a execução semelhante, equivalente ou superior dos seguintes itens de projeto:
 - Projeto básico completo e executivo de sistema de CFTV;
 - Orçamento completo da obra.
- É admitida a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas diferentes e/ou em projetos de edificações distintas, para a comprovação de que a CONTRATADA executou os serviços relacionados anteriormente.

3.2 Indicação da equipe técnica

3.2.1 A CONTRATADA deverá indicar a Equipe Técnica que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços nas áreas de atuação discriminadas neste Termo, definindo as atribuições de cada profissional, e contendo nome completo, título profissional, nº do registro no CREA e área de atuação;

3.2.1.1 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima indicados deverão ter vínculo profissional com a empresa;

3.2.1.1.1 Para fins deste Termo, o vínculo do profissional pode ser demonstrado da seguinte maneira:

- a) sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b) administrador ou o diretor;
- c) empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) profissional com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

3.2.1.2 Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente executarão e assumirão a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação;

3.2.1.3 Os profissionais deverão comprovar a regularidade junto ao CREA da jurisdição do domicílio do profissional, com validade na data prevista para entrega da proposta.

3.3 Capacidade técnica dos profissionais

3.3.1 Os respectivos membros da equipe técnica deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, na data prevista para entrega da proposta, emitido por pessoa jurídica de direito

público ou privado, e Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA no caso da área de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, comprovando atuação em Projetos de Obras e Serviços Similares ao Objeto da Licitação em suas especialidades;

3.3.2 O acervo técnico especificado em cada projeto deverá ser do profissional titular que prestará o serviço de elaboração de projeto e não da empresa proponente;

3.3.3 Os profissionais deverão pertencer ao quadro permanente da empresa, nos termos do item 3.2.1.1;

3.3.4 Acervos técnicos a serem apresentados:

3.3.4.3 Projeto de Sistema de CFTV:

Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA comprovando a elaboração de Projeto de Sistema de CFTV, em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional.

3.3.4.4 Orçamento Estimativo da Obra:

Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA comprovando que a elaboração de Orçamento Estimativo de Obra, em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional.

4. Do Recebimento

- 4.1. Provisório: até 15 (quinze) dias corridos após a entrega da documentação referente ao objeto;
- 4.2. Definitivo: até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços;

G. Declaração de viabilidade

Declaramos que a solução escolhida é viável com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar - ETP, pois:

- A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão e com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- A análise de mercado demonstra a existência de diversas empresas capazes de prestar os serviços demandados;
- A escolha da melhor solução está justificada no corpo do detalhamento do estudo técnico preliminar;
- Os resultados pretendidos com a solução escolhida atendem aos requisitos apresentados e agregam valor em termos de economicidade, aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21864405** e o código CRC **26482AC1**.